

A ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO DOS CATADORES: A INDÚSTRIA DA RECICLAGEM NO BRASIL¹

Antônio de Pádua Bosi²

A Indústria de Reciclagem no Brasil.

A estruturação do setor de reciclagem no Brasil, desde o seu início, operou a partir dos catadores porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis. Para que a reciclagem pudesse se estabelecer sem a presença dos catadores teria sido necessário que a separação de resíduos fosse realizada por meio de uma coleta seletiva de lixo em ampla escala. Cada família e empresa deveriam se conduzir como Fabiana, separando previamente os materiais recicláveis dos resíduos orgânicos. Além disso, os municípios precisariam contar com mão-de-obra contratada para processar os recicláveis.

Entre os fatores que influenciam a mercantilização da reciclagem: (i) a produção e assimilação de um novo comportamento diante do lixo (o que tem sido chamado de “consciência ecológica”), (ii) o desenvolvimento de uma legislação ambiental voltada para tal questão que estimule e premie a reciclagem como atividade econômica e (iii) o investimento em todo o país para estruturar a coleta seletiva (seja como serviço público ou através de catadores).

No Brasil, há registros sobre a reciclagem de embalagens descartadas ter começado no final dos anos 1960 em países onde o consumo popular era proporcionalmente maior. A esse respeito, nos Estados Unidos as latas de alumínio começaram a ser recicladas no ano de 1968, cinco anos após a sua introdução no mercado (CEMPRE, 2005b). Contudo, a disponibilidade de tecnologia para o reaproveitamento do alumínio proveniente de latas (refrigerante, cerveja, sucos etc.) não garantiu a reciclagem do total das embalagens descartadas naquele país. Em números absolutos os Estados Unidos reciclam mais alumínio

¹ Este texto é resultado parcial de pesquisa que conta com o apoio material e financeiro do CNPq e da Fundação Araucária/PR por meio de Bolsa. Uma versão mais desenvolvida dessas reflexões foi publicada na revista **Universidade e Sociedade**, nº45, janeiro de 2010.

² Professor Adjunto nos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. É associado ao Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

do que o Brasil. Enquanto aqui já se consegue reciclar mais de 95% das latas descartadas, lá este índice não ultrapassa 55%. Por outro lado, o percentual brasileiro equivale a 9 bilhões de latinhas, e o percentual estadunidense supera facilmente 70 bilhões. De 1972, quando 1,2 bilhão de latas foram reaproveitadas, para 1995, quando foi superada a casa dos 60 bilhões, pode-se contar a instalação de cerca de 10 mil centros de reciclagem (STATE OF CALIFORNIA, 1997).

Tabela 1 – Índice de Reciclagem de Latas de Alumínio (%)

País	2003	2004	2005	2006	2007
Argentina	80	78	88,1	89,6	90,5
Europa	48	48	52	57,7	-
EUA	50	51,2	52	51,6	53,8
Brasil	89	95,7	96,2	94,4	96,5
Média	66,7	68,2	72	73,3	80,2

Fonte: Associação Brasileira do Alumínio.
Organização do autor.

A tabela 1 indica a superioridade brasileira e argentina sobre a Europa e os Estados Unidos na reciclagem de latas de alumínio. A hipótese que explica esta diferença não acena para uma maior consciência ecológica entre os países latinos, mas reside na disponibilidade de trabalhadores para o recolhimento das latas descartadas. Enquanto que na Europa e nos Estados Unidos grande parte do recolhimento realiza-se por meio de programas de coleta seletiva, Brasil e Argentina escoram seus índices em centenas de milhares de catadores.

Estima-se que, no ano de 2005, a população de catadores no Brasil tenha ultrapassado 1 milhão de trabalhadores (UnB, 2005). É importante frisar que essa força de trabalho está presente em quase todas as cidades do país. Recente pesquisa divulgada pelo Ministério das Cidades referente ao ano de 2004, indica que existem catadores de materiais recicláveis em aproximadamente 85% das cidades que compuseram a amostragem estudada (BRASIL, 2006). O crescimento dessa força de trabalho foi bastante intenso nos últimos 20 anos. Se considerarmos, por exemplo, que no ano de 1999 existiam cerca de 300 mil trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis, o aumento percebido em relação ao ano de 2005 foi superior a 240%. O surgimento e crescimento dessa força de trabalho encontram paralelo noutros países da América Latina. Na Argentina, existem cerca de 30 mil catadores somente na cidade de Buenos Aires (GORBÁN, 2004). Na Colômbia, estima-se aproximadamente 300 mil catadores espalhados pelo país (RODRÍGUES, 2002).

Além desses números que mostram a relação entre a indústria de reciclagem e os catadores, também cabe ressaltar que não é razoável determinar a composição dessa força de trabalho pela existência de tecnologias disponíveis para a reciclagem de materiais descartados diariamente em toneladas. Tais tecnologias já estavam disponíveis no mercado (talvez não do ponto de vista do custo-benefício do investimento a ser realizado). Havia, desde a década de 1970, *know-how* para a reciclagem (em grande escala) de papel, papelão e de resíduos plásticos, fundamentalmente embalagens plásticas, PET e PVC. No caso do alumínio e dos plásticos no Brasil, é verdadeiro que só houve o que reciclar após, principalmente, a substituição de vasilhames de vidro pelos confeccionados de PET e de alumínio, o que ocorreu em meados da década de 1980. Porém, os recursos técnicos e tecnológicos para a transformação desses tipos de resíduos em matéria-prima para novos vasilhames já existiam.

Assim, a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos mostraram-se uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizada por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. Qualquer que fosse a organização desse tipo de trabalho, sua taxa de lucro deveria competir com preços determinados pelo mercado mundial responsável por derivados de petróleo (PET, PVC e demais embalagens plásticas), pela produção de alumínio e de celulose, por exemplo.

Nestes termos, explica-se porque essa força de trabalho apareceu composta de trabalhadores sem contrato de trabalho e com uma produtividade que pudesse ser definida pelo pagamento por produção: uma população desancada do mercado de trabalho e sem atributos para retornar às ocupações formais. Estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados, o que efetivamente pôde ser verificado nos últimos anos da década de 1990. Aliás, se é possível algum prognóstico relativamente à disseminação de um modelo de reciclagem mundial, a experiência brasileira, sustentada em catadores, tende a predominar considerando a relevância de catadores em países ditos desenvolvidos devido ao empobrecimento crescente de parte da classe trabalhadora no planeta.

É sobre esta população de trabalhadores que muitas empresas como a Klabin, a Suzano e a Votorantim têm estruturado sua produção de papel reciclado no Brasil. Juntas à Champion, Ripasa e Ibéria, elas produzem quase 6 milhões de toneladas de papel por ano (ZIGLIO, 2002). Parte considerável desse produto é reciclado e vendido sob o selo

“responsabilidade social”. No ano de 2007, foram reciclados 45% do papel consumido no país (BRACELPA, 2008, p.40). Oito anos antes o índice era de 35%.

Tabela 2 – Evolução do Consumo de Papel Usado pela Indústria de Reciclagem

Ano	1.000 toneladas	Evolução Anual (%)
1998	2.295	5,29
1999	2.416	5,28
2000	2.612	8,11
2001	2.777	6,33
2002	3.017	8,66
2003	3.005	-0,42
2004	3.360	11,83
2005	3.438	2,31
2006	3.497	1,71
2007	3.643	4,18

Fonte: BRACELPA (Associação Brasileira de Celulose e Papel)
Organização do autor.

A relação entre tais empresas e os catadores não é de todo ocultada. De modo diferente, ela é reivindicada como uma benesse quase religiosa praticada em favor dos catadores que, pela existência de tais indústrias, encontraram um meio digno de sobrevivência. Nesse contexto, a própria Suzano reconhece sua relação com o trabalho de catadores (SUZANO, 2008):

“Composto de 75% de aparas pré-consumo e 25% de aparas pós-consumo - adquiridas diretamente de cooperativas de catadores de material reciclável - o Reciclato® contribui para o aumento real da renda de mais de 3,7 mil cooperados, que vendem mensalmente toneladas de papel para a companhia. Hoje, são mais de 13 mil pessoas beneficiadas diretamente”.

Mas essas empresas não se locupletam apenas da engenhosa iniciativa geradora de renda para milhares de pessoas que antes se batiam contra a desocupação. Seus produtos reciclados são anunciados como marcas indelévels de um compromisso inalienável com a natureza e o ser humano. Por óbvio que todo esse esforço deve ser recompensado com um preço diferenciado, acima do cobrado pelas mercadorias compostas de material comum. Quando se compra uma resma de folhas confeccionadas de papel reciclado se adquire, a

depende do consumidor, um produto distinto, com mais valor agregado (mesmo que seja somente simbólico, já que o que é reciclado é “politicamente correto” e “chic”), ou uma indulgência face ao bombardeio midiático contra o comportamento individual nefastamente poluidor do meio em que vivemos. É também nesse contexto histórico que precisamos posicionar os produtos reciclados.

A marca Reciclato® offset, conforme a própria indústria divulga, foi lançada inicialmente para mercados específicos, “promocional, editorial e corporativo”. Seu produto “conquistou parceiros” como o Banco Real, Natura, Bradesco, Tilibra, Aços Villares, Credicard, Gradiente, Philips, Nestlé, Tam e Telefônica. Ao utilizar papel reciclado em suas correspondências, essas empresas (muitas delas multinacionais) buscaram aliar suas imagens à ideias de “desenvolvimento sustentável”, “responsabilidade social”, “responsabilidade sócio-ambiental”, e outros neologismos associados ao comportamento politicamente correto. O passo seguinte foi massificar o produto para um círculo de consumo mais amplo que demandasse papel no formato sulfite, embalado em pacotes de 100 e de 500 folhas. Nessa escalada para fomentar o consumo de papel reciclado (vendido mais caro, diga-se de passagem), a Suzano estendeu a distribuição para papelarias e supermercados. Convencida de seu protagonismo na “eco-sustentabilidade”, essa empresa garante que está (SUZANO, 2008)

“estimulando a participação e contribuição do consumidor final para o Movimento Cooperativas de Catadores de Material Reciclável, do Instituto Ecofuturo. Para permitir o crescimento exponencial da produção nestes anos, das três cooperativas associadas à Suzano no início do projeto, que envolviam 150 catadores e 600 pessoas diretamente beneficiadas, a companhia passou a atuar com mais de 75 cooperativas, envolvendo 4 mil cooperados e 14 mil beneficiados indiretamente”.

Na percepção da Suzano, não se trata de lucro, mas de contribuir com o “Movimento Cooperativas de Catadores de Material Reciclável”, que, aliás, nem existe, já que a denominação correta é Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Quanto ao “Instituto Ecofuturo”, uma de suas linhas principais de financiamento, o “Programa Investimento Reciclável”, prioriza “o apoio financeiro e cursos de formação para a profissionalização de material reciclável”. Para os agentes dessa Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (ECOFUTURO, 2009),

“(...) o objetivo é que os cooperados adquiram confiança na sua capacidade de gestão. À medida que as cooperativas forem devolvendo os valores recebidos, outras organizações poderão receber esses recursos, ampliando as possibilidades de financiamento e inclusão de novas cooperativas”. (...) “A importância do projeto é promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda para populações excluídas do mercado de trabalho a partir da redução de resíduos produzidos nas cidades, um dos grandes problemas ambientais do País”.

Com uma modesta quantia de 320 mil reais o Instituto tem apostado na formação de catadores como forma de “incluir” socialmente no mercado trabalhadores desocupados. É certo que tal inclusão se fará em termos informais, sem vínculo empregatício entre os catadores e a Suzano. Mais do que isso, esta prática reforça um modelo que visa estruturar e naturalizar o trabalho informal como meio da empresa se abastecer de materiais recicláveis.

Como uma entidade sem fins lucrativos, a OSCIP da Suzano pode recorrer aos programas de apoio à economia solidária e geração de renda sustentados pelo governo federal e alocados na Secretaria de Economia Solidária (BRASIL, 2005). Um desses programas prevê financiamento para “qualificação de trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social”, disponibilizando um orçamento de 131 mil reais para o ano de 2003 (Idem).

Numa interpretação atualizada de Gramsci trata-se de fabricar um novo tipo de trabalhador para uma nova rede de produção (1978). Embora ainda não existam muitas experiências similares a esta, a iniciativa da Suzano surpreende pela sintonia demonstrada com um modo de produção bastante flexível. Havendo demanda de papel reciclado, o pagamento pelo resultado do trabalho dos catadores é realizado. Todavia, frente ao menor sinal de abalo na demanda ou nos preços do papel, a compra é suspensa e a ociosidade dos catadores não adiciona nenhum custo à contabilidade da Suzano. No mais, frente a períodos de visível aquecimento do mercado de reciclados, tomados por sinceros sentimentos de dívida relativamente à empresa que ofereceu a ele uma ocupação, os catadores lhe entregam todo o resultado de seu trabalho. De parte da Suzano, todo compromisso e nenhum compromisso ao mesmo tempo!

A Klabin, outra poderosa produtora de papel e celulose, também vem investindo significativamente em produtos reciclados. Sua receita bruta total declarada para o ano de 2008, atingiu 3,7 bilhões de reais. De sua receita líquida, 28% dizem respeito a produtos exportados. Esta empresa que se auto-denomina “como a maior recicladora de papel do Brasil”, diz possuir uma “capacidade anual para reciclar 325 mil toneladas de resíduos de

papéis” e produzir “17% do papel reciclado utilizado na brasileira de papelão ondulado” (KLABIN, 2009).

É ela mesma que ressalta a importância de seus produtos reciclados vendidos para o exterior (KLABIN, 2009):

“Os mais exigentes fabricantes de embalagens e de chapas de papelão ondulado, em diversos países nos cinco continentes, utilizam a linha de papéis Klabin. Os nossos produtos de fibra virgem KlaLiner e KlaLiner White e os papéis reciclados EkoFlute (Miolo) e EkoLiner (Testliner 2) são consumidos por importantes empresas no mercado mundial de caixas como a Cartocor, na Argentina e Giusti, na Itália. Além de atender ao mercado de fabricantes de caixas independentes, nossos produtos são também utilizados por importantes players integrados como International Paper, Smurfit-Kappa, Mondi Packaging, Portucel, VPK, Emin Leydier, DS Smith, Prowel - Alemanha, Hosmann Group - França, Envases Impresos (Grupo CMPC - Chile) entre outros”.

Grande parte do papel ondulado produzido pela Klabin advém de papel reciclado. Sua dependência de material reaproveitado parece ser representativa e vai além do papel. Ela informa que é uma das maiores recicladoras mundiais de embalagens Tetra Pak (longa vida), para quem fornece papel cartão com exclusividade no Brasil e no Mercosul. Sua própria narrativa não deixa dúvidas sobre seu esforço em transformar material descartado em valiosa matéria-prima (KLABIN, 2009):

“Com capacidade anual de 28 mil toneladas de embalagens longa vida, esse processo é realizado na unidade de Piracicaba, em São Paulo, onde as embalagens são recicladas, com aproveitamento integral das fibras de celulose. O resíduo desse processo – plástico e alumínio – é encaminhado para EET (Environmental Edge Technology), uma usina de reciclagem também em Piracicaba, que permite separar o alumínio e o filme de polietileno com o uso da tecnologia a Plasma. A unidade tem capacidade para recuperar uma tonelada de plástico e alumínio por hora – o que equivale à reciclagem de 32 mil toneladas de embalagens longa vida por ano. Anualmente, a unidade chega a produzir cerca de 6,4 mil toneladas de parafina e 1,6 mil toneladas de alumínio”.

Utilizando o que a Klabin chama de “tecnologia preservadora do meio ambiente”, a planta produtiva instalada na cidade de Piracicaba/SP tem um custo estimado de 40 milhões

de dólares a serem investidos em sociedade com as multinacionais Alcoa Alumínio³ e Tetra Pak⁴, e a TSL Ambiental⁵. A indústria, erguida a partir de 2005, especializou-se na separação do papel, plástico e alumínio, contidos na formação das embalagens tipo “longa vida”. Com tecnologia exclusiva (a “Thermal Plasma Technology”⁶), a Environmental Edge Technology (EET) tem capacidade para processar 8 mil toneladas de plástico e alumínio extraídos de aproximadamente 32 mil toneladas de embalagens longa vida usadas (PACKAGING, 2009). Sua ligação com essas duas poderosas multinacionais (Alcoa e Tetra Pak) evidencia a complexidade das relações produtivas e comerciais estabelecidas em torno da reciclagem. Embora operem fisicamente no Brasil, se apropriando e experimentando uma tecnologia desenvolvida com recursos públicos (Universidade de São Paulo), a base para o funcionamento desta “joint venture” está dispersa em todo o país, nos milhares de catadores que recolhem embalagens longa vida.

O negócio extremamente lucrativo de reaproveitamento de papel, alumínio e plástico é feito principalmente como uma promessa de preservar o meio ambiente. A cadeia produtiva iniciada no trabalho dos catadores é controlada por poucas e gigantes empresas que buscam associar-se entre si de maneira a fortalecer a natureza oligopsônica desse negócio. Seus principais dividendos ainda vêm de matérias-primas consideradas virgens, mas os investimentos em inovações tecnológicas para o reaproveitamento de materiais descartados parecem ocupar, cada vez mais, um lugar prioritário na vida dessas empresas.

Nesse novo contexto, elas também combinam relações de trabalho formais com “informais”, estas últimas representativas dos catadores. Tal concerto revela como estas cadeias de produção são flexíveis, ao menos num sentido estrito, quando articulam determinadas dimensões e aspectos vantajosos que são identificados e explorados em diferentes países. O resultado dessa amálgama é vendido sob uma nova embalagem que envolve valores de recente construção e internalização que “asseguram” tratar-se de

³ **Alcoa Aluminum** é uma empresa multinacional de origem norte americana criada em 1888. Conforme consta em seu site, a Alcoa é líder mundial na produção de alumínio. Seu desempenho foi fertilizado pela Primeira Guerra Mundial, quando começou a exportar alumínio, e pela Segunda Guerra Mundial, quando foram construídas 20 plantas para atender a “crescente” demanda por este metal. Neste período, a Alcoa investiu 474 milhões de dólares na produção de alumínio (ALCOA, 2009).

⁴ **Tetra Pak**, conhecida também como **Tetra Brik**, é uma empresa multinacional de origem sueca que fabrica embalagens para alimentos, e foi criada em 1951. A empresa faz parte do grupo **Tetra Laval**, que também fabrica garrafas e PET (TETRA PAK, 2009).

⁵ **TSL** é uma empresa de engenharia especializada em gerenciamento e execução de tratamento de resíduos sólidos, água e efluentes, que atua, principalmente, na Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e China.

⁶ O estudo do plasma para a reciclagem começou em 1995, com o antigo “Grupo Plasma”, sediado no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo e da Universidade de São Paulo. O site “Packaging-Gateway” afirma que esta inovação utiliza 400-500 KWh comparados a 750 KWh usados nos métodos convencionais para produzir alumínio (2009).

mercadorias com grau baixíssimo ou nulo de transformação de recursos naturais “virgens”. Argumenta-se então que florestas, nascentes, rios e recursos minerais esgotáveis estão sendo preservados. Se já não é tão difícil evidenciar que o modo de produção dessas fábricas continua sendo responsável pela poluição do planeta, menos custoso é mostrar como eles se ancoram em ocupações precárias e informais como o trabalho dos catadores.

O setor de produção de papel e celulose no Brasil, por exemplo, empregou aproximadamente 67 mil trabalhadores no ano de 2007, despendendo cerca de 1,39 bilhão de reais em salários diretos e 803 milhões de reais em encargos sociais (BRACELPA, 2008, p.6-7). São esses trabalhadores que processam o material reciclado que é recolhido por centenas de milhares de catadores, organizados ou não em cooperativas.

A organização capitalista do trabalho “informal”: a expansão das Cooperativas de Trabalho.

A primeira cooperativa de trabalho de catadores do Brasil, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), foi criada em 1989, agregando catadores que moravam nas ruas da cidade de São Paulo. Com o apoio da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), uma ONG ligada a Igreja Católica, fundada em 1951, esses catadores começaram a trabalhar coletivamente no ano de 1985, organizados numa associação de catadores.

Embora esta seja uma interpretação realizada no tempo presente que busca narrar a primeira experiência de organização dos catadores, sua importância reside naquilo que ela tenta selecionar, projetar e explicar como sendo relevante no surgimento da cooperativa. São dois dados: (i) a natureza alternativa da organização do trabalho na forma cooperada, e (ii) os agentes que apoiaram sua criação, ou seja, uma ONG ligada a Igreja Católica e um governo do Partido dos Trabalhadores.

Atualmente, a COOPAMARE é formada por 56 cooperados e compra material reciclável de aproximadamente 250 catadores que trabalham avulsamente (2009). É considerada uma experiência que deu certo e, em alguma medida, resulta também de uma atuação política de setores militantes que constituíram o PT, incluídas muitas pastorais e comissões da Igreja Católica. Muitas cooperativas criadas ao longo dos anos 1990 e 2000 também contaram com a ajuda da Igreja e do PT. É o caso de uma das principais cooperativas do país, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitáveis (ASMARE), sediada em Belo Horizonte, com cerca de 250 associados (ASMARE, 2009).

A “descoberta” desses novos sujeitos sociais foi precedida de uma atuação dessas duas instituições, a Igreja Católica e o PT, relacionada ao crescimento do número de moradores de rua nas grandes cidades. Portadores de ricas trajetórias ocupacionais, essa população sem teto e sem emprego tem sido produzida pelas dinâmicas de acumulação de capital e de reorganização do trabalho, responsáveis pela diminuição das ocupações formais. Sem conseguir uma atividade regular, muitos homens e mulheres passaram a sobreviver da cata de recicláveis, ganhando visibilidade nas cidades. É neste contexto que esses trabalhadores desempregados começaram a ser interpretados nos termos de uma “exclusão social” (OLIVEIRA, 2001), embora integrados aos circuitos de acumulação de capital ligados ao setor de reciclagem.

Sem dúvida, organizá-los em cooperativas traduzia a intenção de uma política de recuperação social e moral de uma massa de trabalhadores que, sem opção, mergulhava cada vez mais na clandestinidade. Essa pretensão tem sido orientada pelos valores intrínsecos ao cooperativismo surgido do movimento operário inglês do século XIX. “Auto-gestão”, “autonomia”, “mutualismo”, “solidariedade” e “economia moral” são alguns dos principais valores inspirados nas experiências do movimento de cooperativas de consumo havidas inicialmente na região de produção têxtil de Yorkshire, Inglaterra. No entanto, o que foi interpretado como um ensaio de uma prática e cultura revolucionária terminou convertendo-se em instituições engrenadas às formações sociais capitalistas, prestando serviços importantes aos trabalhadores. É Edward Thompson, autor da noção de “economia moral”, quem analisa as razões do fracasso da dimensão contestadora ao *status quo* que portava essa prática (2001, p.143):

“Os trabalhadores, ao fortalecerem sua posição com a organização nos locais de trabalho, mais se tornaram relutantes em aderir a quixotescos tumultos que poderiam comprometer ganhos acumulados com tanto custo. Cada afirmação da influência da classe trabalhadora no interior da máquina do Estado democrático-burguesa simultaneamente os implicava como sócios na direção da máquina (ainda que como sócios antagonistas). Mesmo os índices do vigor da classe trabalhadora – os recursos financeiros dos sindicatos e das cooperativas – estavam seguros apenas sob a custódia da estabilidade capitalista”.

É claro que se tratava de uma classe operária que alcançou conquistas sociais e salariais jamais iguais pela trajetória do operariado brasileiro. Tal classe estava referida aos poderosos sindicatos que se tornaram administradores de ricas cooperativas e, mais tarde,

de robustos Fundos de Pensão cujas divisas passaram a interferir diretamente na economia financeira mundial por meio do controle de ações de mercado. Mas o que Thompson reconheceu deve servir como parâmetro histórico nas análises sobre as cooperativas. Elas atuam sob pressões do principal modo de produção que articula as demais formas de trabalho nas sociedades capitalistas. Desconhecer ou desprezar isto é superestimar o potencial de uma nova racionalidade contra o capital⁷. Mais adequado é tomar as cooperativas de trabalho de catadores como uma organização ambígua, que carrega elementos de negação dos valores afetos ao capitalismo, mas que também os reproduz no interesse dos proprietários de depósitos de materiais recicláveis e das indústrias de reciclagem.

Nesse contexto, a trajetória dessas duas primeiras cooperativas de catadores criadas no país evidencia a importância do apoio de setores da Igreja e do PT na estruturação dessa experiência. Ao longo dos anos 1990, surgiram muitas cooperativas espalhadas nas capitais e grandes cidades. Logicamente, os resultados das primeiras iniciativas foram, de certo modo, concentrados em Incubadoras de Cooperativas que podem ser vistas como “organizações que prestam serviços de assessoria” (CUNHA e MELCHIOR, 2005, p.90-91). É o caso da “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP)”, criada em 1998, em parceria com a CNM/CUT (Confederação Nacional de Metalúrgicos), que iniciou suas atividades ofertando e realizando cursos sobre cooperativismo. No *link* “Nossa História”, a ITCP (2009) ressalta que

“(…) desenvolveu 20 cursos de introdução ao cooperativismo e, posteriormente, acompanhou os grupos formados. Nestas parcerias, foram envolvidos mais de 600 trabalhadores e as atividades expandiram-se para o Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e a Praia Grande, onde catadores com o apoio da ITCP-USP em parceria com o poder público municipal criam uma cooperativa de reciclagem”.

À época, coordenada pelo atual responsável pela Secretaria de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, Paul Singer, a incubadora investiu na qualificação e organização de diversas atividades informais em cooperativas, tais como “fabricação de barrinhas de cereais”, “sabão, sabonetes e produtos de limpeza ecológicos” e

⁷ De acordo com as informações relacionadas ao quadro do cooperativismo no Brasil pode-se concluir que a experiência ressaltada pela Secretaria de Economia Solidária é residual. Para o ano de 2008, existiam 7.682 cooperativas no país (a grande maioria com perfil empresarial, voltada para o lucro), com mais de 7 milhões de associados e ¼ de milhão de empregados. Aproximadamente 23% eram cooperativas de trabalho, com mais de 300 mil associados, empregando cerca de 6.300 trabalhadores. Trata-se de um setor da economia que, em 2008, movimentou 6% do PIB nacional, com um faturamento superior a 84 bilhões de reais. Tais números mostram o engajamento do setor na economia capitalista. (OCB, 2009)

“artesanato” (ITCP, 2009). Ao que parece são experiências que efetivamente criaram uma alternativa de sobrevivência autônoma para os associados a estas cooperativas, principalmente porque seu trabalho não depende do grande capital. Nem a produção e a venda do resultado do trabalho referente aos casos registrados acima se faz na dependência do capital. Por outro lado, é uma experiência que se desenvolve limitada pelo modo de produção dominante, realizando-se, portanto, como qualquer outra relação mercantil de compra e venda de valores de troca. Paulo Singer não desconhece essa realidade, mas vê aí um novo processo histórico que pode levar a uma gradual superação da economia tipicamente capitalista. Em texto oficial da Secretaria de Economia Solidária, Singer valoriza as diversas lutas dos trabalhadores que reivindicam trabalho, e conclui que elas sinalizam “transformações estruturais” do capitalismo⁸.

Não há que se duvidar que o trabalho coletivo em cooperativas seja capaz de produzir ou estimular práticas e valores que expressem solidariedade de classe e até mesmo sentimentos anti-capitalistas. Mas é pouco provável que tais experiências possam soterrar a lógica capitalista da economia (mesmo que parcialmente) e fundar outra (mesmo que gradualmente). Implicaria a subversão de toda a ordem capitalista a partir da expansão de imensas redes interligadas de produção e de consumo assépticas ao lucro, ou seja, uma revolução econômica sem uma revolução política. É uma questão difícil de ser deslindada de um ponto de vista absolutamente especulativo, o que não impede que seja discutida à luz de experiências concretas. É o que podemos tentar, analisando o caso dos catadores.

Diferentemente de uma cooperativa que vende para o consumidor direto (conforme pressuposto no modelo de economia solidária desenhado por Singer), o trabalho dos catadores adquire outra configuração à medida que se trata de um trabalho dominado pelas grandes indústrias de reciclagem. São essas indústrias, organizadas oligopsonicamente, que determinam o preço do material reciclável e, com isso, as condições de trabalho e de reprodução dos catadores⁹.

⁸ “Estas lutas marcam transformações estruturais, como a substituição dum vasto proletariado industrial, detentor de direitos conquistados em longas lutas, por uma massa de produtores autônomos, organizados coletiva ou individualmente, sem os referidos direitos mas com potencialidades para desenvolver direitos sucedâneos sob a forma de fundos coletivos e sistemas solidários de seguros. Isso significa que a economia, que almejamos que se desenvolva, deixa paulatinamente de ser capitalista (ao menos no sentido marxista clássico duma sociedade de duas classes antagônicas) para se tornar cada vez mais mista. Nela poderão conviver empresas capitalistas de todos os tamanhos, cooperativas de produção, de compras e vendas, de crédito, clubes de troca e associações de consumidores ‘conscientes’, ao lado de empreendimentos públicos e privados que não visam lucros, nos quais trabalham, ombro a ombro, voluntários e profissionais, autônomos e assalariados, do setor público e do privado”. (2004, p.4-5)

⁹ Mesmo noutros países onde o recolhimento seletivo do lixo tem subsídio público (e às vezes é pago pelos próprios consumidores), e não existe uma população trabalhadora “capaz” de se ocupar do lixo como no caso brasileiro, as empresas que reciclam são as únicas compradoras dessa matéria-prima. Um desses exemplos vem

Assim, não é apenas o trabalho informal de milhares de catadores que passou a ser apropriado pelas indústrias de reciclagem, mas também o trabalho de outros milhares de homens e mulheres que têm sido “qualificados” para esta ocupação. Consideradas nesse enquadramento, tornam-se representativo desse tipo de iniciativa muitos cursos que visam não somente os catadores, mas “trabalhadores informais”, conforme anunciado recentemente pelo Ministério do Trabalho e do Emprego¹⁰ (MTE, 2006). Nessa mesma direção, incubadoras de cooperativas têm aumentado a oferta de cursos desta natureza centrados na “formação de catadores de materiais recicláveis”. A ITCP da COPPE/UFRJ, por exemplo, direcionou um desses cursos para um público de trabalhadores bem mais amplo do que aquele constituído por catadores. Na ficha de inscrição, dentre as 16 perguntas feitas, cinco são relacionadas à trajetória ocupacional, admitindo grupos de trabalhadores desocupados que não sejam catadores¹¹.

Não se pode, contudo, é desconsiderar que esses cursos funcionam como programas de recrutagem e treinamento de força de trabalho. As iniciativas governamentais, apoiadas ou não em ONGs e OCIPS, têm sido profícuas neste caso. Em pouco tempo, os resultados referentes à educação e promoção de uma força de trabalho eficiente, disciplinada e estável, não são desprezíveis, ao menos nas cooperativas que foram alvo de políticas públicas e de investimentos do BNDES. Em pesquisa realizada no mês de março de 2009, consultados 59% dos 2.032 catadores que trabalham em cooperativas apoiadas pelo BNDES, as respostas indicaram melhora “(...) no relacionamento familiar (82%); nas condições de higiene dos cooperados (79,6%); na alimentação dos cooperados e da sua família (78,85%) e no conforto das moradias (69,3%)” (BNDES, 2009).

da Inglaterra, que, nos anos 1990, criou uma taxa de £7 por tonelada de lixo destinada aos aterros como forma de “encorajar alternativas de reutilização ou reciclagem do lixo” (Wasteonline, 2009).

¹⁰ “Os cursos pretendem aumentar a cidadania e a renda dessas pessoas e vão orientar não apenas a direção técnica, para ele saber escolher e separar os materiais como metais, plásticos e vidro. São também para elas aprendam a organizar a contabilidade e recebam orientações nas áreas de saúde e meio ambiente”. (MTE, 2006).

¹¹ Por outro lado, quando tais cursos são pensados como exclusivos aos catadores, o plano de formação embutido neles não é diferente da maioria dos cursos de qualificação ou “reciclagem” profissional. Aprender ou aperfeiçoar as técnicas de separação dos materiais recicláveis são ações que atendem à racionalidade da produção como qualquer outro ensino técnico-profissionalizante. A ampliação desse universo de aprendizado para novas áreas consideradas demasiadamente especializadas ou técnicas, como a contabilidade, também não altera necessariamente a lógica de produção mercantil dos recicláveis controlada pelas indústrias de reciclagem. Pode-se falar que dotar os catadores de um domínio maior ou mais extenso sobre as atividades e as tarefas que compõem o trabalho realizado por eles torna-os aptos para o processo produtivo inteiro, previsto e executado nas cooperativas. É certo que muitos catadores conseguirão capacitar-se para uma atuação em diferentes lugares da produção, incluindo o setor administrativo, ou terão instrumentos para entender e acompanhar o processo produtivo. Numa hipótese otimista, a gestão técnico-administrativa das cooperativas poderá ser assumida por catadores, solucionando um problema apontado em alguns estudos ao desfazer-se de uma dependência por quadros técnico-burocráticos que não sejam catadores (MAGERA, 2003). Mas, como já ficou evidente, isso não modifica necessariamente a lógica à qual estão integradas as cooperativas e, por seu turno, o trabalho dos catadores a elas associados.

Evidentemente que esta situação não tem paralelo com a rotina de catadores avulsos que trabalham nas ruas ou nos lixões. Mas isto não referenda nem sinaliza qualquer processo de construção de uma lógica anti-capitalista, conforme preconizada por Singer. De modo diferente, essa pesquisa do BNDES pode ser perfeitamente confundida com um relatório do setor de recursos humanos de alguma multinacional, tematizado sobre a situação de seus “colaboradores”. Esse tipo de modelagem de uma cooperativa à estrutura e lógicas empresariais não está restrito às experiências de catadores. Além do mais, à medida que as cooperativas de catadores se estruturam são criados limites para a absorção de novos associados (fato que confere às cooperativas o perfil de uma “sociedade limitada”), o que não impede que sejam estabelecidas “novas” relações de trabalho com catadores não-associados. A Coopamare (2009), por exemplo, diz abrigar atualmente

“(…) duas categorias de catadores: o cooperado e o associado”. (...) “... ser cooperado significa poder reestruturar seu modo de vida e *ter uma oportunidade de reintegração à sociedade*. Através de cursos de capacitação profissional, esportes, lazer, reuniões festivas, atualização escolar, alfabetização, assistência social e psicológica, o cooperado encontra suporte para desenvolver uma atividade que lhe proporciona lucro e que participa de um processo essencial para a vida urbana: a reciclagem. Já os catadores associados são aqueles *que simplesmente vendem o seu material na Coopamare*”. (grifo do autor)

Informações de catadores cooperados indicam que o preço pago pelas cooperativas que adotam tal prática é superior ao preço pago pelos depósitos, e isto de fato é verdadeiro para uma série de situações. Contudo, essa operação não elimina o atravessador, que reaparece neste tipo de operação como comprador do material preparado pelas cooperativas. Em alguma medida, difícil de ser precisada em termos percentuais, essas cooperativas se apropriam de parcela do trabalho desses catadores avulsos numa relação que, embora não pretenda ser se exploração direta, reproduz o padrão mercantil presente na cadeia de produção dos reciclados: a cooperativa como compradora e os catadores associados como vendedores. Aliás, este é o sentido inequívoco atribuído pela Copamare à função desses catadores “associados” que “simplesmente vendem o seu material” para a cooperativa.

Uma última observação sobre o encadeamento das cooperativas de trabalho de catadores com as indústrias de recicláveis põe em relevo as repercussões causadas pelas oscilações dos preços internacionais que, por sua vez, pendulam por uma série de fatores dentre os quais ganharam importância recorrente a relação cambial entre Real e Dólar, e o

fluxo da própria produção industrial. Assim, quando o valor do Real se aproxima do Dólar é comum haver uma diminuição dos preços dos recicláveis ou uma baixa na procura por estes materiais, tornando mais atrativa a compra dessas matérias-primas no mercado estrangeiro. Foi o que aconteceu ao longo de todo o ano de 2005, durante o período em que o dólar girou em torno de R\$1,60. Quanto à produção industrial, é certo que a sua diminuição faz-se sentir imediatamente sobre o trabalho dos catadores. É o caso atual motivado pela crise iniciada no final de 2008, que tem abalado o mundo todo. Para o setor de reciclagem tal crise traduziu-se numa queda em torno de 50% a 60% na procura por recicláveis. Tais situações reafirmam a dependência do trabalho dos catadores (cooperados, associados, avulsos etc.) das indústrias de recicláveis. Atualmente, sua presença é requisitada ou descartada a depender das necessidades do capital envolvido nessa indústria.

De qualquer modo, resta inquestionável o fato de que as cooperativas de catadores, resultantes de incubadoras ou não, com maior ou menor grau de autonomia face às instituições políticas, religiosas e ao próprio Estado, representam uma importante forma de sobrevivência para milhares de homens e mulheres que perderam seus empregos ou sequer chegaram a tê-los num mundo que tem tornado o trabalho protegido cada vez mais residual. Não obstante isso é também verdadeiro que a razão da reciclagem é capitalista. Como procurei discutir, trata-se de um negócio que alimenta catadores, atravessadores, multinacionais e agentes públicos, cujo funcionamento e controle assumem formas flexíveis, algumas contraditórias entre si, mas todas apoderadas pelo capital. Da combinação destas complexas relações de trabalho se constitui a produção de recicláveis.

Referências

ALCOA. “Inventing the future since 1888”. Acesso em 2 Mai. 2009. Disponível em:

http://www.alcoa.com/global/en/about_alcoa/time_machine/home.asp

ASMARE. Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitáveis. Acesso em 4 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.asmare.org.br/>>

BANCOR AMBIENTAL. Usina de Triagem e Compostagem. Acesso 30 Mai. 2009.

Disponível em: <http://www.bancor.com.br/usina.htm>

BNDES. Pesquisa aponta melhora na qualidade de vida de catadores apoiados pelo BNDES.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/2009/not042_09.asp> Acesso em 22 abr. 2009.

BRACELPA. “Relatório Estatístico, 2007/2008”. 2008. Acesso em 5 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2007>>

- BRASIL. “Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2004”. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. 2006. Acesso em: 2 de nov. 2006.
- _____. “Programas e Ações de Apoio à Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda no Âmbito do Governo Federal – 2005”. **Secretaria de Economia Solidária**. Ministério do Trabalho e do Emprego. 2005. Acesso em 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/geral/publicacoes>>
- CEMPRE. “Latas de Alumínio: o mercado pra reciclagem”. **CEMPRE**. 2005. Disponível em: <http://cempre.org.br>. Acesso em: 17 de nov. 2005.
- COOPAMARE. Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. Disponível em: <http://www.coopamare.org.br/> Acesso em 4 Jun. 2009
- ECOFUTURO. “Programa Investimento Reciclável”. **Instituto Ecofuturo**. Acesso em 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ecofuturo.org.br/>>
- ITCP/USP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Acesso em 31 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/estrutura>>
- KLABIN. “Papéis Reciclados”. Acesso em 31 Mai. 2009. Disponível em: <<http://www.klabin.com.br/>>
- MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Editora Átomo, 2003.
- MARX, Karl. **Capítulo VI**. Inédito de O Capital. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- OCB. Cooperativismo Brasileiro se fortalece em 2008. Acesso em 4 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>>
- OLIVEIRA, Maria V.. **Entre Ruas, Lembranças e Palavras**. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. 2001. 288 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. PUC/MG.
- PACKAGING-GATEWAY. “Alcoa Alumínio Carton Packaging Recycling Plant Piracicaba, Brazil”. Acesso 2 Mai. 2009. Disponível em: <http://www.packaging-gateway.com/projects/alcoa/>
- SILVA, Luiz A.M.. “Da informalidade à empregabilidade (reorganização a dominação no mundo do trabalho)”. **Caderno CRH**. Salvador, n.37, p.81-109, jul./dez. 2002.
- STATE OF CALIFORNIA. “History of Recycling”. **California Resources Agency**. 1997. Disponível em: <www.p2pays.org/ref/26/25070.pdf> Acesso 22 Mai. 2009.
- SUZANO. “Reciclato® Colorlok® busca incentivar os três pilares do desenvolvimento sustentável”. 2008. Disponível em: <http://www.suzano.com.br/portal/> Acesso em 31 de Mai. 2009.

- TETRA PAK. "History". Acesso em 2 Mai 2009. Disponível em: <http://www.tetrapak.com/about_tetra_pak/the_company/history/pages/default.aspx>
- THOMPSON, E.P.. "As peculiaridades dos Ingleses". **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Edunicamp, 2001, p.75-179.
- UnB/Centro de Desenvolvimento Sustentável. "Resíduos sólidos estão entre os problemas emergenciais dos futuros prefeitos". 2005. <http://www.comciencia.br>. Acesso em 3 mai. 2005.
- VARUSSA, R.J.. "Coleta seletiva e reciclagem: algumas reflexões a partir de Marechal Cândido Rondon-PR". **Espaço Plural**, n.15, 2º semestre/2005, p.18-20.
- WASTEONLINE. Histoty of waste and recycling information sheet. Acesso em 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.wasteonline.org.uk/>>
- WORLD BANK. "Mexico's Oportunidades Program". **Shanghai Poverty Conference: Case Study Summary**. Shanghai: Junho de 2004. Acesso 2 Abr. 2007. <<http://info.worldbank.org/etools/reducingpoverty/docs/>>
- ZIGLIO, L.. "O mercado da reciclagem de papel no município de São Paulo, Brasil". **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (33), 2002. Acesso em 29 de Mai. 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-33.htm>>